

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CÁRCERE: EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR EM GESTÃO SOCIAL, AGROECOLOGIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

UNIVERSITY OUTREACH IN PRISON: INTERDISCIPLINARY EXPERIENCE IN SOCIAL MANAGEMENT, AGROECOLOGY AND FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY

Submissão:
30/05/2025
Aceite:
21/10/2025

Guilherme Smaniotto Tres ¹  <https://orcid.org/0000-0001-9765-7524>

Washington José de Souza ²  <https://orcid.org/0000-0001-6295-2806>

Romoaldo Marroque Torres ³  <https://orcid.org/0000-0001-8036-0716>

Diego José do Nascimento Rabelo ⁴  <https://orcid.org/0000-0002-2618-1343>

Resumo

Ações no contexto penal precisam considerar oportunidades de melhoria nas condições prisionais, de ocupação e de ressocialização de pessoas privadas de liberdade. Assim, descrevemos experiência de extensão universitária no sistema penal brasileiro, desenvolvida sob metodologia e princípios da gestão social, com exposições dialogadas, atividades práticas e reflexões em grupo em torno de conceitos e práticas de economia solidária, segurança e soberania alimentar e agroecologia. Obtivemos, como resultados, instalação de uma horta, de um minhocário, avanços entre os apenados na compreensão dos valores de atos cooperativos, de práticas de alimentação saudável e da conscientização em torno de efeitos socioambientais dos sistemas de produção e consumo. A experiência gerou contribuição pela inserção da extensão universitária no sistema penal, alicerçada em princípios teórico-práticos que têm potencial para viabilizar o acesso de apenados a conhecimentos sobre segurança alimentar e nutricional, bem como a sistemas de trabalho e produção mais justos, contribuindo para sua ressocialização.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Educação no cárcere; Remição de pena.

¹ Professor Visitante na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, Rio Grande do Norte guis3@hotmail.com

² Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Rio Grande do Norte wsufrn@gmail.com

³ Servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Rio Grande do Norte romoalddomarroque@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Rio Grande do Norte academicoufrn@gmail.com

Abstract

Actions within the penal context need to consider opportunities to improve prison conditions, occupation, and the resocialization of incarcerated individuals. Considering that, we describe a university outreach experience within the Brazilian penal system, developed using the methodology and principles of social management, with interactive presentations, practical activities, and group reflections on solidarity economy concepts and practices, food security and sovereignty, and agroecology. The results included the establishment of a vegetable garden and a worm farm, as well as progress among inmates in understanding the values of cooperative acts, healthy eating practices, and awareness of the socio-environmental effects of production and consumption systems. The experience contributed to the integration of university outreach within the penal system, grounded in theoretical and practical principles that have the potential to enable inmates to access knowledge about food and nutritional security, as well as fairer work and production systems, contributing to their resocialization.

Keywords: Human Rights; Education in prison; Remission of penalties.

Introdução

É de reconhecimento público, tanto na literatura especializada quanto em relatórios de organismos nacionais e internacionais, que o sistema prisional brasileiro enfrenta uma série de problemas estruturais e institucionais, caracterizados por situações de superlotação, insalubridade e violação de direitos humanos fundamentais. A infraestrutura das prisões, a superlotação e as condições de vida das pessoas privadas de liberdade (PPL) são manchetes cotidianas associadas à política de segurança pública. Discute-se a incapacidade do sistema carcerário brasileiro em promover a ressocialização das PPL. “O fato é que, em uma sociedade respaldada pela finalidade da reeducação do apenado, o Estado não proporciona meios para tal, dignificando apenas a pena e idealizando a ressocialização” (Nobre; Peixoto, 2015, p. 112).

No contexto brasileiro, as unidades da federação assumem a maior parte das atribuições da segurança pública – e não a União –, entre elas, a manutenção do sistema penal. As penitenciárias são, majoritariamente, unidades de responsabilidade do Estado e, em menor volume, administradas por organizações da sociedade civil, a exemplo da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), que, em 2024, administrava 69 unidades, com outras 45 em processo de planejamento e/ou implantação em todo o Brasil.

Constituída em 1972, em São José dos Campos (SP), a APAC teve origem em iniciativa de voluntários da Pastoral Penitenciária, reunidos com o propósito de evangelizar e oferecer apoio moral a encarcerados. Em 1984 adveio a primeira prisão no Brasil – e no mundo – administrada por voluntários, sem armas, sem a presença de policiais e onde as próprias pessoas em cumprimento de pena mantêm as chaves das celas. A única unidade da APAC no Rio Grande do Norte encontra-se no município de Macau e foi inaugurada em 2012. Desde então, vem sendo mantida por convênios firmados com a Prefeitura de Macau e o Governo do Estado.

Com o propósito de promover a ressocialização pela educação, relatamos aqui uma experiência de curso ofertado a apenados do regime fechado na APAC Macau (RN). O curso de extensão foi proposto e conduzido por um grupo multidisciplinar de ensino, pesquisa e extensão de uma Instituição de Ensino Superior Pública (IES) do Rio Grande do Norte.

Em março de 2023, na primeira visita à unidade da APAC, os autores deste relato foram questionados por um interno acerca da possibilidade de oferta de cursos pela IES com vistas à qualificação profissional. A APAC tem sistema rígido quanto a horários, mas os internos dispõem de períodos destinados à participação em cursos presenciais ou remotos – da alfabetização ao ensino superior –, além de cursos de qualificação.

No primeiro encontro, constatamos que, na APAC, os internos são chamados de recuperandos, termo que adotamos a partir de agora. Após a elaboração da proposta de curso de extensão e aprovação pela IES, iniciamos as atividades em abril de 2023, com término em dezembro daquele ano. Desde então, mantivemos nosso compromisso, dando sequência às ações em 2024 e 2025, cujas vivências relatamos a seguir.

Procedimentos metodológicos e contextualização

Caracterizamos nosso trabalho na APAC no escopo da pesquisa-ação, por meio da execução de uma proposta de caráter social, educacional e técnico, desenvolvida em estreita articulação com a resolução de um problema de interesse coletivo, de forma cooperativa entre os participantes (Thiollent, 1986).

No primeiro encontro do curso, apresentamos o grupo executor e evidenciamos a orientação inter e transdisciplinar que iríamos adotar. Apresentamos a proposta de conteúdo, ouvindo os recuperandos a respeito de demandas, curiosidades e interesses sobre o que seria trabalhado coletivamente. Na sequência, ajustamos o conteúdo programático mediante diálogo entre nossa equipe, os recuperandos e a diretoria da APAC. Nossas atividades, portanto, tiveram como pressuposto o *fazer com*, defendido por Freire (2011).

Intitulado “Agricultura familiar, economia solidária e segurança alimentar e nutricional”, o curso oferecido abordou esses temas de forma transdisciplinar, articulando-os para fomentar a cidadania e contribuir para a ressocialização dos recuperandos. O curso foi executado sob a forma de ateliê, ou seja, como espaço de diálogo de saberes, construção coletiva do conhecimento e experimentação social e técnica, conforme metodologias da extensão crítica (Oliveira, 2006).

Alinha-se, assim, à educação como prática da liberdade, na perspectiva de Freire (2019), entendida como processo que visa à transformação social e ao desenvolvimento da consciência crítica. Os círculos de cultura, voltados à prática da liberdade, constituem espaços de diálogo e reflexão em que os participantes buscam compreender e transformar a realidade em que vivem, mediante autonomia na aprendizagem e participação ativa na construção de um futuro justo e igualitário. Em que pese se tratar de um presídio, a liberdade na aprendizagem na APAC é garantida, inclusive pela viabilização do acesso à internet para videoaulas.

Constituímos um ambiente coletivo de compartilhamento de conhecimentos, vivências e experimentações, estas relacionadas à preparação de alimentos *in loco* e à instalação de uma horta pedagógica. O curso teve formato híbrido – metade das aulas em modalidade presencial e a outra metade em formato remoto/assíncrono –, com disponibilização prévia de textos, cartilhas, vídeos e

outros materiais digitais para direcionar os estudos, solicitando que os recuperandos sistematizassem as informações em cartazes. Parte dos recuperandos possui baixo grau de instrução formal, alguns em processo de alfabetização e, diante desse fato, estimulamos a elaboração e a apresentação dos trabalhos com o uso de imagens, com os recuperandos distribuídos em grupos de forma espontânea.

A carga horária do curso em 2023 foi de 84 horas, equivalentes a sete dias de remição de pena, em consonância com a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal (LEP). Para o curso de 2024, a carga horária foi de 114 horas, com remição de 9,5 dias, ou seja, 12 horas de curso equivalem a um dia de remição de pena. Os recuperandos trabalham das 8h às 16h, com intervalo de duas horas para o almoço. Os momentos livres para cursos, como os que oferecemos, ocorrem entre 16h e 18h, de segunda a sexta-feira. Outras equipes, instituições e voluntários também executavam atividades simultaneamente, como projetos pedagógicos de leitura, alfabetização e religiosos, por exemplo.

Dividimos os temas do curso em três eixos: 1) economia solidária, associativismo e cooperativismo; 2) segurança alimentar e nutricional; 3) agroecologia. O primeiro eixo referiu-se à contextualização do desenvolvimento econômico a partir do século XVIII, em meio às transformações políticas e sociais ocorridas desde a Revolução Industrial. Essa abordagem, no início do curso, serviu para criar laços de confiança entre a equipe executora e os recuperandos, bem como para compreender as dinâmicas internas e as normas da APAC.

Dentro da unidade, funciona uma cooperativa informal constituída pelos recuperandos para a comercialização de mercadorias fabricadas em uma marcenaria, o que ocorre sob a supervisão da própria APAC – diante da situação de que estão privados do direito de associação na condição de presos. Abordamos, assim, noções de autogestão e economia solidária, com foco no apoio à prática de gestão interna da cooperativa, ou seja, de aplicabilidade direta e imediata à vida cotidiana dos recuperandos.

O eixo “Segurança alimentar e nutricional” abordou o direito à alimentação adequada em relação direta com a dignidade humana em contexto de desigualdade. Buscamos identificar desafios enfrentados pela APAC na garantia de uma alimentação adequada, considerando as limitações e os recursos disponíveis no ambiente prisional, de modo a qualificar a alimentação dentro do quadro de possibilidades da instituição. Importante salientar que intentamos sensibilizar os recuperandos sobre a importância de hábitos alimentares saudáveis e da qualidade dos alimentos. Nesse sentido, exibimos o documentário “O veneno está na mesa”, que aborda o tema dos agrotóxicos na produção agropecuária e seus impactos nos ecossistemas e na saúde humana.

Promovemos aulas práticas de culinária, uma vez que a APAC disponibiliza uma cozinha aos recuperandos, com acesso em horários específicos. O objetivo foi, além de conscientizá-los sobre a importância da alimentação saudável, trabalhar práticas de culinária, inclusive para despertar interesse profissional na área. Apresentamos plantas alimentícias não convencionais (PANCs) comuns à região, destacando suas potencialidades naturais de nutrição.

O terceiro eixo abordou temas relacionados à agricultura e às relações entre ser humano e ecossistemas. Parte dos recuperandos tem origem camponesa e, assim, estimulamos reflexões sobre processos de degradação socioambiental, contextualizados no fazer agrícola hegemônico, ainda que abordando outros setores e ações humanas.

Seguimos como orientação noções de agroecologia, que, conforme ressaltam Ramos *et al.* (2017), figura no campo da educação de muitas formas, inclusive em cursos de extensão, devido à sua abordagem sistêmica. A agroecologia proporciona a análise da dinâmica entre diferentes agentes sociais e diferentes sistemas de produção.

Tomamos a agroecologia para além do sistema de produção agrícola, especificamente pela perspectiva emancipatória de Giraldo e Rosset (2021), que ampliam a leitura para arranjos sociais centrados em respostas a demandas locais e abrem oportunidades para o enfrentamento da crise socioambiental. Pautamos o Semi-Árido brasileiro e debatemos contribuições da agroecologia na restauração da biodiversidade, na mitigação às mudanças climáticas e na luta pela terra e melhores condições de vida para populações tradicionais. Chegamos, então, à gestão de resíduos e hortas pedagógicas. Tivemos participação também de um Engenheiro de Pesca, vinculado a outra IES do RN, que contribuiu realizando oficinas sobre aquaponia e criação de peixes.

Para o prosseguimento do curso em 2024, ofertamos formação continuada nos três eixos supracitados. Todavia, a partir das demandas dos recuperandos, parte do conteúdo foi destinada a processos administrativos, contábeis e de empreendedorismo. O Quadro 1 resume os eixos, suas abordagens e metodologias empregadas no curso.

Quadro 1 - Resumo dos eixos, suas abordagens e metodologias do curso

Eixo	Abordagem/Conteúdo	Metodologias
Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	Trajetória histórica; Noções de autogestão; Noções de empreendedorismo e gestão;	Aulas dialogadas; Práticas de gestão com utilização de softwares (Excel).
Segurança Alimentar e Nutricional	Conceitos de alimentação saudável; Consumo de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs); Direito a alimentação saudável.	Aulas dialogadas; Práticas de culinária; Práticas de higienização e conservação de alimentos.
Agroecologia	Agricultura e ecossistemas; Agroecologia para o enfrentamento da crise socioambiental; Hortas pedagógicas.	Aulas dialogadas; Oficinas de implantação de hortas pedagógicas; Oficinas de implantação de estação de compostagem e posterior acompanhamento.

Fonte: elaborado pelos autores

Os resultados que apresentamos a seguir derivam de depoimentos espontâneos colhidos durante as atividades e de impressões de integrantes da equipe executora do curso, tanto docentes quanto discentes da IES. Ao todo, dois professores, dois mestrandos do curso de Nutrição, um estudante de graduação em Administração, um de Agronomia, um de Direito e dois doutorandos em Administração relataram pontos que destacamos. Além dos integrantes da equipe executora do curso, outros dois estudantes de Direito, que participavam de ações na APAC Macau com clube de leitura e escrita criativa, também opinaram.

Cada participante enviou suas impressões, procedimento necessário à sistematização diante do desafio de efetivar um curso de atualização envolvendo pessoas com graus distintos de escolaridade. No final de 2024, realizamos consultas individuais com integrantes do grupo executor para colher impressões complementares, o que igualmente consta no relato a seguir.

Os resultados que apresentamos são fruto da interação ocorrida com os recuperandos e com o corpo de funcionários e voluntários da APAC Macau. Não realizamos coleta de dados individual ou em grupo com os recuperandos, corpo diretivo da APAC ou voluntários e, assim, relatamos impressões resgatando registros feitos em diário de campo. Optamos por preservar identidades, abstendo-nos de qualquer conduta que pudesse violar a privacidade dos recuperandos, dirigentes e voluntários. Por essa razão, atuamos mediante autorização da direção da APAC, por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme previsto na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

As interações com os recuperandos ocorreram de forma espontânea durante o curso, com histórias de vida e depoimentos sobre situações enfrentadas no sistema comum e na APAC, sem qualquer interferência da equipe de execução durante as narrativas. Em todos os encontros, sentávamo-nos em círculo e deixávamos fluir entendimentos sobre os conteúdos, com fala livre.

Nos diálogos surgiam narrativas de vida e, após cada encontro, tomávamos nota de depoimentos e impressões. Trazemos aqui, portanto, impressões coletadas em caderno de campo não digital. Dessa forma, as falas que reproduzimos advêm de anotações da equipe executora durante os encontros presenciais do curso e, mesmo preservando a essência, eventualmente trazem imprecisões na forma ou na íntegra do que foi falado.

Precisamos realçar que o contato com visitantes é garantido pela direção, mediante prévio cadastro efetivado para controle da Vara de Execução Penal; todavia, não há possibilidade de uso de aparelhos como celular, máquina fotográfica, gravador ou qualquer outro equipamento que possa comprometer a segurança, a privacidade ou a integridade do método.

Relato da experiência na APAC

A unidade da APAC de Macau, exclusiva para o sexo masculino, possui capacidade para 30 recuperandos. No início do curso, 21 pessoas estavam em cumprimento de pena na unidade. Ao final de 2023, 17 permaneciam sob tutela da APAC, uma vez que quatro haviam progredido para o regime aberto. O fluxo de entrada e saída foi regularizado pela Vara de Execução Penal e, no início de 2024, a unidade encontrava-se com lotação máxima. Com a chegada de novos recuperandos, as temáticas do curso foram retomadas. Vale ressaltar que a adesão ocorreu de forma voluntária e que todos os recuperandos participaram de pelo menos um dos eixos.

Ao iniciarmos as atividades, fomos apresentados ao método inovador da APAC, estruturado em 12 pilares, entre os quais destacamos: (1) participação da comunidade; (2) recuperando ajudando recuperando; (3) trabalho (Federação Brasileira de Assistência aos Condenados, 2025). Aos poucos, fomos descobrindo o protagonismo dos recuperandos no processo de ressocialização, sustentado por um sistema de gestão interna que privilegia a autogestão, a corresponsabilidade e o compromisso compartilhado com a recuperação. Esse fato evidencia o alinhamento da nossa proposta, orientada por princípios da gestão social, com o método APAC. Todas as atividades foram definidas em rodas de conversa com a participação e anuência dos próprios recuperandos, além de dirigentes e voluntários, procedimento corriqueiro nos acordos internos.

A tomada de decisões na APAC, para essa finalidade, é horizontal – elemento comum aos preceitos da gestão social e ao movimento agroecológico. Esse fato foi igualmente observado na gestão da cooperativa informal que funciona no cárcere, exclusivamente gerida pelos recuperandos quanto

ao sistema de produção (é informal, considerando o fato de se tratar de PPL, a quem é negado o direito de associação). Não está sob a responsabilidade da “cooperativa” a comercialização, uma vez que o contato com o exterior precisa ser realizado pela direção da unidade. A própria família dos recuperandos, muitas vezes, intermedeia uma venda e, em alguns casos, a própria APAC.

A APAC funciona em uma casa cedida e mantida pela Prefeitura de Macau. Uma série de objetivos contidos no regulamento da APAC, porém, não é efetivada plenamente na unidade de Macau, em razão de limitações na infraestrutura – a exemplo da ausência de ambulatório para assistência à saúde, de espaço para prática esportiva e de área para banho de sol. A área do terreno é de aproximadamente 500 m², quase totalmente construída. Contém recepção, escritório (com computador e espaço suficiente para a realização de aulas presenciais que exijam uso de internet), salas de almoxarifado, direção e atendimento, suíte para visitas íntimas, três dormitórios (celas) com dez camas de alvenaria cada, cozinha comum com refeitório e área aberta, em formato de galpão, destinada ao trabalho artesanal, à marcenaria e carpintaria e às reuniões maiores em círculo.

Ao entrarmos na APAC pela primeira vez, tivemos a sensação de estar entrando em uma casa comum, pois nada se assemelha à noção geral de presídio, com grades, cercas, agentes penitenciários armados e revistas. Um recuperando teve a mesma impressão e declarou: “Olhei esses muros e já vi por onde pular. [...] Fugir era só o que a gente pensava antes de entrar e ser aqui.” A fala foi corroborada por outros recuperandos no decorrer do curso. Questionamos esse fato e os motivos que levariam os recuperandos a não fugir. Na sequência do curso, entendemos que o método APAC valoriza as relações de confiança entre os recuperandos e deles com dirigentes e voluntários.

Na APAC de Macau, ao longo dos seus 11 anos de existência, documentos internos aos quais tivemos acesso revelam que apenas oito recuperandos fugiram. Um extensionista notou que “quando eles chegam na APAC, parece que nem acreditam no que está acontecendo, que não sabem o que realmente é o lugar”. Sempre que levamos novos extensionistas e estudantes, emergem comentários de surpresa diante do que encontram como unidade prisional, em contraste com o que é de domínio público quando verificamos a realidade dos presídios brasileiros.

Fomos entendendo que os recuperandos veem na APAC a chance de cumprir a pena de forma digna e, por isso, se submetem a situações de controle coletivo. O código disciplinar é rigoroso quanto a horários a cumprir e tarefas a realizar, o que inclui permanentes e contínuos cuidados com a higiene pessoal e da cela, assim como vigilância quanto à organização e à limpeza dos espaços físicos. Uma frase na recepção representa o sistema APAC: “Aqui entra homem, o crime fica lá fora.” A sentença parece simples, até mesmo banal, porém traz efeitos sensíveis.

Um preso do sistema convencional é desumanizado, perde a identidade. “Lá, somos chamados de forma geral. Tratados aos gritos. Aqui, recebemos nossa identidade de volta e até usamos crachá com nosso nome”, comentou um recuperando. Ao chegar do sistema comum (conforme denominam), um crachá é confeccionado para o recuperando. O crachá evidencia características físicas da chegada: cabeça raspada, corpo esquelético e olheiras profundas. Como comenta um extensionista, a respeito da diferença entre a foto do crachá e a fisionomia dos recuperandos: “Não parecem a mesma pessoa”.

Um extensionista, em sua primeira visita à APAC, pediu que os recuperandos falassem sobre o que mais os marcou ao chegar à instituição. “Água fresca. Onde eu estava, a água era quente, fosse dia ou noite. Quando cheguei, tiraram minha algema e me ofereceram água.” “Falaram para eu olhar para cima.” “Perguntaram se eu estava com fome.” “Disseram bom dia e apertaram a minha mão. Pude abraçar a família. No sistema convencional, a família chega chorando e sai chorando. Aqui,

na primeira vez, chegou chorando e saiu sorrindo.” As falas revelam sentimento de acolhimento e apontam para a possibilidade de “encontrar companheiros que querem ajudar o outro”. O senso de cumplicidade e os vínculos formam-se na APAC, expressos no segundo pilar do método: recuperando ajudando recuperando.

Na APAC funciona um tipo informal de cooperativa, com produtos diversos, útil como recurso pedagógico de fortalecimento do sentimento de coletividade, constituindo forma transparente de gestão colegiada que cria vínculos internamente. Não há qualquer menção a lucro. Predomina o orgulho do recuperando em estar contribuindo para a manutenção de serviços básicos da APAC e o bem-estar da própria família. O recurso arrecadado é limitado, mas suficiente para a realização de compras de matéria-prima e, eventualmente, para ajudar na aquisição de água, materiais de limpeza e na manutenção da unidade.

Como os membros da equipe executora das ações de extensão atuam no campo do cooperativismo e da economia solidária, esse tema despertou atenção. Procuramos entender como ocorriam os acordos coletivos e a tomada de decisão. No primeiro ano de nossas ações (2023), a cooperativa mostrava-se atuante; no segundo (2024), reduziu suas atividades em virtude da rotatividade de recuperandos. Recuperandos com outras vocações, que não a de marcenaria, chegaram, e isso explica o recuo da produção. Todavia, os materiais e equipamentos da oficina seguem como ponto de interação entre os recuperandos e oferecem importante possibilidade de trabalho e geração de renda.

Os aportes da agroecologia foram debatidos de forma a apontar possibilidades de associação. Nesse sentido, seguimos a orientação teórica de Giraldo e Rosset (2021), quando destacam a multiplicidade de ações possíveis em termos organizativos nas agroecologias emancipadoras. Tais abordagens incorporam processos coletivos de resolução de problemas e de transformação social por meio de formas associativas. Corroboramos, assim, a afirmação de Lima *et al.* (2023), que destacam que a gestão social, a autogestão e as tomadas de decisão coletivas tornam-se elementos com potencial para a humanização e ressocialização de detentos do sistema prisional.

Para a continuação do curso em 2024, os recuperandos se interessaram em conhecer conceitos de gestão, contabilidade e finanças. Atribuímos tal interesse à crescente percepção de que o trabalho na cooperativa tem potencial para gerar renda. Alguns relataram que o trabalho na marcenaria é fundamental para sustentar a família: “Quando cheguei, eu não sabia nada de marcenaria. Fui aprendendo. Quem me ensinou foram os companheiros aqui dentro.” O regimento da cooperativa estipula a contribuição de 25% do faturamento quando as peças artesanais são produzidas com insumos fornecidos pela APAC. A contribuição é de 10% quando as peças artesanais são produzidas com insumos próprios ou fornecidos pela família. Também é de 10% quando as peças são produzidas com insumos adquiridos por empréstimo à cooperativa, cuja quitação deve ocorrer em prazo máximo de dois meses.

A administração da cooperativa é realizada por todos os recuperandos, em relações diretas e não hierárquicas. No regimento, está disposto que a prestação de contas deve ser apresentada mensalmente à administração da APAC. Os elementos organizacionais elencados chamaram a atenção dos extensionistas, dado que o grupo executor das atividades realiza outras ações com Organizações da Sociedade Civil (OSC), fomentando atos associativos.

Todas essas experiências na cooperativa ganharam importância para os extensionistas, que debateram formas de aprimoramento dos produtos e de comercialização, avançando na capacidade de geração de renda. Um dos limitantes encontrados foi a ausência de forma jurídica para opera-

lizar as vendas. Uma alternativa sugerida foi que a própria APAC, dotada de CNPJ de uma OSC, pudesse mediar a criação de uma associação de egressos e familiares.

Em abril de 2025, um dos extensionistas relatou a integrantes da Secretaria de Administração Penal (SEAP) do Governo do Estado a possibilidade de fabricação de chinelos, dado que há uma máquina à disposição na APAC, atualmente subutilizada, com quase 200 unidades em estoque. Uma compra direta da SEAP à APAC, portanto, é possível. Nesse sentido, é oportuno destacarmos a Lei nº 11.363, de 17 de janeiro de 2023, que institui o Programa Estadual de Compras Governamentais da Economia Solidária, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte. Entre os objetivos do programa está o de “impelir a aquisição dos produtos provenientes de Empreendimentos da Economia Solidária, nas compras e contratações de serviços realizadas pelo Poder Público Estadual, em especial aquelas destinadas a atender instituições de ensino estaduais, instituições prisionais estaduais e hospitais [...]”.

Como a APAC não possui sistema de separação de resíduos, a destinação não é adequada, e o problema emergiu durante o curso, tanto nas aulas práticas na cozinha quanto nas discussões sobre agricultura. Foi amplamente reconhecido o problema dos resíduos pelos recuperandos, considerando que as três refeições diárias são servidas por empresa terceirizada em recipientes de isopor. O interesse foi aumentando, e os próprios recuperandos expressaram vontade de solucionar ou minimizar o problema. Para a destinação dos recipientes de isopor, não obtivemos avanços, dada a falta de coleta seletiva na cidade. Para resíduos orgânicos, utilizamos uma caixa-d'água de 1.000 litros para coletá-los e instalamos um minhocário. O pó de serra da marcenaria começou a ser utilizado para cobrir os resíduos, evitando mau cheiro. Além da produção de húmus, contribuímos, assim, com a coleta pública de resíduos.

Com a produção de húmus do minhocário, os recuperandos sentiram-se estimulados a instalar uma horta. Vários vasos foram plantados com pimenta, manjerição e hortelã, por exemplo. As atividades na horta envolveram os recuperandos a partir de consenso coletivo de que levariam à melhoria da qualidade da alimentação. Recuperandos relataram que comiam alimentos azedos no sistema convencional e que, devido à fome, presenciaram detentos comendo cascas de laranja, de banana e até mesmo baratas e ratos. Degustar alimentos é impossível no sistema prisional convencional. Na APAC, essa situação muda. Com a produção de ervas e temperos, “vamos dar um gosto melhor pra comida; aqui, a comida é melhor do que no convencional, mas ainda não é boa”, comentou um recuperando.

Em 2025, a APAC deverá passar a preparar as refeições na própria unidade. Essa expectativa está mantida tanto em razão do interesse da direção da unidade quanto da Vara de Execução Penal.

O plantio de hortaliças avançou com a instalação de aparatos para fixação de vasos nas paredes, sob a forma de horta vertical, e em pequenos espaços no chão. Com a devida autorização da direção, a horta constituiu-se em componente pedagógico, despertando interesse por temas de educação alimentar e nutricional e de produção coletiva de alimentos. Articulamos, assim, todos os eixos temáticos do curso, incluindo a gestão coletiva do minhocário. Abordamos desde o planejamento e a seleção de plantas até o cultivo em vasos e recipientes verticais, o manejo do solo, da água e da incidência de luz, e como esses elementos transformam o alimento.

Ocorreram declarações que atestam que, durante as visitas de familiares, estava presente o orgulho em servir alimentos por eles próprios produzidos, em especial chás. Além de debatermos a temática da agricultura urbana, o cultivo de plantas medicinais e os jardins em pequenos espaços, a

capacitação mostrou-se útil à estratégia de sensibilizá-los para o cumprimento da pena de modo harmonioso, via laborterapia, ou seja, pela instalação, cultivo e usufruto dos alimentos da horta.

Na unidade, existe uma pequena cozinha de uso dos recuperandos para refeições e lanches rápidos. O eixo do curso Segurança Alimentar e Nutricional foi responsável por realizar oficinas práticas de manipulação de alimentos e de culinária, e receitas com os alimentos e ervas colhidos na horta despertaram interesse. Extensionistas do curso de Nutrição levavam ingredientes para qualificar as receitas, com posterior degustação coletiva. O foco foi em receitas simples, de fácil elaboração. A formação no eixo segurança alimentar e nutricional incorporou o condicionamento, a gestão do estoque, o aproveitamento dos alimentos e a produção de húmus com o resíduo orgânico. Nossas ações ajustaram-se ao cotidiano da unidade, sempre buscando atender às demandas tanto da direção quanto dos recuperandos.

A partir da avaliação positiva de nossas ações, decidimos realizar um evento em formato de palestra e mesa-redonda no Campus Central da IES, em auditório com 150 lugares. O primeiro evento foi realizado em julho de 2023 e foi aberto à sociedade em geral. Participaram a diretora da APAC Macau, o diretor da APAC de Macaíba, na Grande Natal (unidade em vias de inauguração à época), três professores líderes de grupos que atuam na APAC, além de dois recuperandos, sob a tutela de responsáveis da unidade e com a devida autorização da Vara de Execução Penal.

O evento foi transmitido pelo canal institucional da IES no YouTube e contou com a participação de 120 pessoas. A segunda edição ocorreu em 2024, com participação em torno de 100 pessoas, e há previsão de nova edição em 2025. Os recuperandos da unidade acompanharam as duas edições em tempo real pelo YouTube. O objetivo do evento é sensibilizar a comunidade sobre as condições do sistema prisional brasileiro e as possibilidades de tratamento digno a pessoas privadas de liberdade, dando publicidade ao método APAC. Após cada evento, realizamos visitas com estudantes interessados em conhecer a unidade.

Discussão

O percurso na APAC trouxe gratas surpresas ao grupo de extensionistas. Uma delas foi a realização do curso de forma dialogada, integrando extensionistas, recuperandos e o corpo diretivo da APAC. Esse passo foi importante para nos familiarizarmos com o ambiente e, ao mesmo tempo, praticar a escuta. A pesquisa-ação, nesse sentido, foi o guia, e conseguimos resolver demandas da APAC, como no caso da gestão de resíduos orgânicos. Nossas atividades, baseadas no diálogo, certamente favoreceram a criação e o fortalecimento de vínculos. A capacidade de envolvimento e a troca de experiências geradas entre dirigentes da APAC, voluntários e recuperandos igualmente favoreceram vínculos e laços de confiança mútua.

A equipe executora do curso não havia trabalhado no sistema penal, e a oportunidade com a APAC ampliou horizontes na nossa atuação em gestão social, especialmente no que diz respeito à economia solidária. Observar as condições de uma prisão, ainda que mais digna do que uma prisão convencional, nos comoveu. Trouxe à tona vários questionamentos sobre o papel da universidade junto à sociedade e em torno da formação acadêmica cidadã, de impacto social. Em cada visita, levávamos outros integrantes do grupo e curiosos, mesmo os que não participavam diretamente das ações. Todos os relatos, na sequência, apontavam na mesma direção: a possibilidade de vida digna no sistema prisional pela participação e pelo compromisso da sociedade civil.

Dúvidas sempre emergem quanto ao método da APAC, notadamente em relação ao viés reli-

gioso. Nesse sentido, o método causa controvérsia. Silva (2018) considera excessivo o trato da APAC com a religião, caracterizada como medida de controle muito mais do que pelo caráter da transcendência e da educação social religiosa. No decorrer da extensão, questionamentos foram sendo respondidos de forma natural, e outros surgindo sem resposta. A religião na APAC, com momentos exclusivos inseridos no cotidiano, é ponto ainda não equalizado na equipe.

Consideramos exitosa nossa experiência quanto aos objetivos. Além da remição de pena, conseguimos mobilizar a IES com a realização dos eventos supracitados, nos quais os recuperandos se veem como protagonistas. Entendemos que tocamos parte da comunidade acadêmica e despertamos interesse pelo método APAC, bem como pelas condições do sistema prisional brasileiro e da segurança pública como um todo. Afirmamos que tal aproximação é um avanço e pode influenciar outros grupos acadêmicos e da sociedade civil à atuação nesse ambiente. O acesso ao sistema prisional requer rigorosos protocolos; porém, a execução de extensão universitária na APAC mostrou-se simplificada, uma vez mantida por uma OSC.

Uma característica importante do grupo que coordenou e executou as atividades de extensão é o viés inter, multi e transdisciplinar que caracteriza sua atuação. Como afirmam Del-Masso *et al.* (2017), equipes com essas características promovem interações entre áreas diferentes e ampliam os impactos. Nesse sentido, a cada atividade os conhecimentos e debates geravam novos temas, promovendo um processo contínuo de construção de saberes entrelaçados no percurso de ensino e aprendizagem. Surpreendeu-nos o reconhecimento dos aprendizados nos depoimentos dos recuperandos. A escolha dos temas e dos eixos foi pactuada desde o início, em atenção aos preceitos dialógicos da gestão social (Tenório, 1998).

A interação entre áreas do conhecimento possibilitou vivências importantes; todavia, avanços práticos ocorreram em menor intensidade. Para ilustrar, o prédio da APAC Macau apresenta condições sanitárias e de infraestrutura precárias, o que impediu a instalação de uma unidade de fabricação de salgados para comercialização por uma associação de egressos e familiares. Um recuperando, com atuação profissional no setor, comprometeu-se a doar máquinas para a fabricação de salgados; todavia, a infraestrutura não foi aprovada pela Vigilância Sanitária.

A ideia, em 2025, é investirmos na associação de egressos e familiares para a fabricação e comercialização de sandálias, conforme nos referimos anteriormente, em programa de compras governamentais da economia solidária do Rio Grande do Norte. Em estudo realizado na Argentina, Romero (2017) mostra a importância de atos cooperativos entre presos e egressos como alternativa de inserção no mercado de trabalho. Na ocasião, o estudo deu-se com presos do regime semiaberto – importante diferença em relação ao nosso contexto –, porém, concordamos que a extensão visibiliza “as práticas, os sujeitos, as complexidades, as potencialidades, os desafios e as questões que continuam a nos mover através do tempo, e nos fazem querer pensar a extensão como uma forma alternativa de refletir, de aprender a fazer conhecimento de outra forma” (Romero, 2017, p. 12). Nesse sentido, nosso grupo permanece atuante na mediação entre APAC, SEAP, recuperandos e seus familiares.

Temos notícia de recuperandos que, ao fim do cumprimento da pena ou na regressão para o regime aberto, aplicaram conhecimentos adquiridos no curso de extensão. Um desses casos é a produção de húmus por um recuperando, replicando a experiência com o minhocário na APAC. Outro recuperando, ainda na APAC, iniciou o curso de graduação em Gestão Ambiental a distância. Esses relatos mostram que tivemos boa recepção dos recuperandos aos temas tratados e que, de certa forma, os marcamos positivamente.

Ações de extensão relacionadas à educação ambiental e à agroecologia são realizadas em diversos contextos. As escolas são geralmente pontos importantes para tal. Salamoni *et al.* (2021), por exemplo, demonstram sua relevância em escolas de nível fundamental e seus impactos no processo de ensino-aprendizagem de forma ampla. Experiências em quintais produtivos em periferias evidenciam o fortalecimento de laços comunitários mediados pela busca de soberania e segurança alimentar (Santos, 2024). Em ambos os contextos, tais ações se efetivaram em pequenos espaços, como foi o nosso caso. Em contrapartida, no ambiente carcerário encontram-se dificuldades específicas para sua realização e continuidade, dadas as restrições das PPL, demandando estruturas e acompanhamentos específicos.

No contexto da APAC, chama atenção a oportunidade da instituição e de sua metodologia em termos de liberdade no ambiente carcerário. Para o ambiente carcerário convencional, percebemos, a partir dos relatos, que os obstáculos são significativos, o que inclui a insensibilidade de gestores em abrir espaço para o tipo de ação que aqui relatamos. Compreendemos, dessa forma, que a publicização das atividades de extensão, como a que aqui relatamos, colaborou para a superação de barreiras dessa natureza, à medida que revela efeitos positivos na ressocialização de PPL e distensionou o ambiente carcerário.

Um ponto que nos chamou a atenção foi o relacionado às aulas de culinária. Simon *et al.* (2021) mostram que a alimentação no sistema penal está associada ao bem-estar social e se manifesta como uma possibilidade educativa. No eixo Soberania Alimentar, pudemos perceber a importância de tratar esse assunto e o quanto os recuperandos guardam memórias terríveis sobre as condições de alimentação no sistema convencional. Também pudemos observar o esforço por uma alimentação digna na APAC. Um passo será dado em 2025, quando as refeições serão preparadas dentro da APAC. A infraestrutura será adequada, e nosso grupo realizará mais ações no sentido de capacitar os recuperandos em práticas culinárias, bem como em controle de estoque e processos administrativos que suportam a atividade, que passará a ser constante.

A precarização do mundo do trabalho, a dificuldade de acesso à terra, a alimentação inadequada, a degradação ambiental, a perda gradativa da biodiversidade e os assuntos correlatos tratados durante o curso ecoam entre os recuperandos, o que inclui o orgulho de participarem de ações de uma instituição de ensino superior. Nosso papel foi estimular reflexões e canalizá-las para atos coletivos com vistas ao bem comum. Nesse sentido, sentimentos e depoimentos espontâneos propiciaram diálogos em torno de direitos, fazendo emergir valores emancipatórios, ainda que, em um sistema de privação de liberdade, o uso de tal vocábulo mereça reserva.

Em vários momentos, ouvimos que, no sistema convencional, lhes é tirada a dignidade e que, na APAC, aos poucos, podem recuperá-la, especialmente pela interação com acadêmicos. Estabelecemos cooperação entre universidade e organização da sociedade civil no âmbito da política de segurança pública, revisando visões de mundo e experimentando possibilidades de ações extensionistas fundamentadas em princípios e recursos metodológicos da gestão social, ancoradas na dignidade, nos direitos humanos e na ressocialização de PPL em cumprimento de pena, compreendendo e sistematizando prática diferenciada de gestão prisional.

Considerações Finais

A oferta de curso na APAC proporcionou experiência desafiadora ao extensionismo que praticamos desde 2007, vinculado à pesquisa e ao ensino de graduação e pós-graduação em Administração. Um desafio que destacamos reside em interpelar a Ciência Administrativa em torno de possibilidades de conteúdos e formas de operacionalização da extensão centrada em interesses de segurança pública, dignidade e justiça social, o que conduzimos pelo emprego de princípios teórico-metodológicos da gestão social.

A experiência provocou deslocamentos significativos pela inserção de estudantes e professores da Ciência Administrativa no sistema prisional, tradicionalmente reservado a áreas como Direito, Serviço Social ou Ciências Humanas, como Educação, Antropologia e Sociologia. Nesse sentido, acompanhamos Pimentel *et al.* (2018) no que tange à importância de fortalecer a formação interdisciplinar dos estudantes envolvidos, ao mesmo tempo em que se incorpora ao ambiente universitário a responsabilidade de se pensar problemas estruturais que exigem atuação não somente como pesquisadores e acadêmicos, mas também como cidadãos.

Conhecemos possibilidades para a ressocialização de PPL, especialmente quando postas em circunstâncias de protagonismo, pelo diálogo e pela pactuação de expectativas e interesses. Ao levarmos ao ambiente carcerário temas de agroecologia, economia solidária e segurança alimentar mediados pela gestão social, instituímos vínculos entre a academia e o sistema prisional com ressignificados de vidas. O ambiente carcerário brasileiro carece de iniciativas desse tipo.

Certamente, preconceitos e discriminação inibem ações do tipo que realizamos. Em nosso caso, o grupo não ficou imune a tal lógica e refletimos sobre esse fato com as pessoas com as quais passamos a conviver. Aos poucos, fomos superando barreiras no ambiente acadêmico, e o evento Educação no cárcere (que, em 2025, será realizado em sua terceira edição), conduzido por nós em parceria com os cursos de Direito e Antropologia da IES, contribui para a visibilidade da extensão na política de segurança pública e da própria APAC. A extensão no cárcere provoca em nosso grupo permanentes reflexões e ressignificações da prática acadêmica, orientadas pelo viés epistemológico do humanismo radical. Pautamos a dignidade humana, a justiça social e a transformação de vidas e estruturas por meio do diálogo e da atuação engajada em um segmento historicamente marginalizado – objeto comum à gestão social.

Detectamos que as ações executadas despertam o interesse dos recuperandos pela educação formal, estimulando a dedicação e orientando aprendizagens que alcançam os familiares. Durante nosso percurso, observamos que os recuperandos tomam parte no debate e assumem posição em torno de temas de interesse da sociedade brasileira, como desigualdade, fome e injustiça social, para além da violência e da segurança pública.

A ressocialização por meio da ação coletiva está incorporada ao método APAC, o que impulsionou o entendimento da aplicação de recursos teórico-metodológicos da gestão social, do pensar e do agir agroecológico e da economia solidária. Fomos acolhidos, estabelecemos vínculos e vivenciamos autonomia compartilhada na aprendizagem.

Em virtude do sucesso alcançado, renovamos nosso compromisso com a APAC e fomos arrolados entre os voluntários, com reconhecimento na Vara de Execução Penal e entre funcionários, voluntários e recuperandos. Por fim, chamamos a atenção para a imprescindível necessidade de ações no sistema prisional. Afinal, como declarou um integrante da APAC: “todos apenas vão sair. Você prefere ser vizinho de uma pessoa que saiu do sistema convencional ou da APAC?”.

Referências

- DEL-MASSO, M. C.S.; ROVEDA, J. A. F.; ZUANON, A. C. C.; GALHARDO, E. Interdisciplinaridade em extensão universitária. **Revista Ciência em Extensão**, v. 13, n. 3, p. 2-12, 2017.
- FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS. **Método APAC**. Disponível em: <https://site.fbac.net.br>. Acesso em: 26 set. 2025.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. Principios sociales de las agroecologías emancipadoras. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 58, n. 0, p. 708-732, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v58i0.77785>. Acesso em: 26 set. 2025.
- LIMA, R.; MEDEIROS, N., A. V.; SILVA, R. de S. L. Gestão alternativa de presídio no estado do Rio Grande do Norte: estudo de caso sobre a Associação De Assistência Aos Condenados (APAC). **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 10, p. 1-39, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.19092/reed.v10.593>. Acesso em: 26 set. 2025.
- NOBRE, B. P. R.; PEIXOTO, A. F. (2015). Análise da “ressocialização” penal brasileira. **Revista Transgressões**, v. 2, n. 1, p. 112-123, 2014.
- RAMOS, R. F.; SOBUCKI, L.; TONIN, J.; MACHADO, J. T. M.; ROHRIG, B.; BETEMPS, D. L.; SCHNEIDER, E. P. Experiências didático-pedagógicas em agroecologia na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 8, p. 15-22, 2017.
- SALAMONI, A.T.; MADUELL, A. N.; SILVEIRA, D. I.; FALCÃO, L. H. dos S. Educação Ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental: várias formas de trabalhar os seus temas. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 12, n. 1, p. 65-75, 2021.
- SANTOS, L. B. Quintais produtivos em periferias urbanas: O caso do Projeto Emancipação Social a partir da Soberania Alimentar. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 15, n. 1, 2024.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.
- OLIVEIRA, I. A. de C. T. **Ateliê pedagógico e formação de professores: interfaces entre saber, fazer e ser**. Campinas: Papirus, 2006.
- PIMENTEL, E.; VASCONCELOS, R.; FREITAS, M. Relatos de uma experiência em extensão com sujeitos apenados: a interdisciplinaridade a sustentar a proposta de uma inclusão social pela educação. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas**, v. 4, n. 1, 2018.
- ROMERO, F. Hacer y decir en una experiencia cooperativa entre personas privadas de libertad y universitarios: Reflexiones urgentes de la extensión universitaria. **Revista Conexão UEPG**, v. 13, n. 3, p. 360-375, 2017.
- SILVA, W. G. **Educação social e sistema prisional: o lazer entrelaçado às práticas religiosas de jovens encarcerados em uma unidade prisional da APAC**. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 236f, 2018.
- SIMON, E. L.; PLOIA, H. H.; MORETTI, C. Z. Saberes, trabalho e alimentação para a liberdade: práxis extensionista em um contexto prisional. **Revista Conexão UEPG**, v. 17, n. 1, p. 1-19, 2021.
- TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.